



# COMUNIDADES TRADICIONAIS DE TERREIRO: (RE)PRODUÇÃO ESPACIAL E TERRITORIAL À LUZ DA RELAÇÃO CAMPO-CIDADE

Mariana Santos Lima <sup>1</sup>

## RESUMO

Este estudo analisa os processos de (re)produção espacial e territorial das Comunidades Tradicionais de Terreiro em Sergipe, especialmente na cidade de Aracaju, à luz da relação histórica e dialética entre campo-cidade. A pesquisa parte da compreensão de que os Terreiros, historicamente marginalizados e empurrados para as periferias urbanas, são organizações comunitárias negras no Brasil, onde sua cultura ancestral e modo de vida tradicional foi movimentado juntamente com a mobilidade forçada do trabalho negro sobre o espaço, produzido pelos interesses econômicos e políticos do capital. É utilizado como referencial teórico-metodológico a perspectiva materialista histórica e dialética, onde o estudo analisa como o modo de produção capitalista se reproduz sobre o campo e a cidade, causando expropriação de terras, expansão urbana e periferação do povo negro, e como seus interesses econômicos incidem diretamente sobre as Comunidades Tradicionais de Terreiro e seus modos de vida, a partir de políticas racistas, forçando seus deslocamentos e causando expulsões. A metodologia inclui revisão bibliográfica através da leitura crítica de livros, artigos, dissertações, teses e jornais. Os resultados revelam que os Terreiros em Sergipe imprimem em sua história a luta constante por sua existência, reafirmando sua memória ancestral e organização comunitária, que desafiam a homogeneização territorial imposta pelo capital. A espacialização da luta dos Terreiros em Aracaju, demonstram a necessidade da articulação política dessas comunidades tanto no campo como na cidade, para garantir seus modos de vida tradicionais em meio ao tendencial avanço do capital.

**Palavras-chave:** Terreiros, Espaço, Território, Campo-Cidade, Capital.

## RESUMEN

Este estudio analiza los procesos de (re)producción espacial y territorial de las Comunidades Tradicionales de Terreiro en Sergipe, especialmente en la ciudad de Aracaju, a la luz de la relación histórica y dialéctica entre campo-ciudad. La investigación parte de la comprensión de que los Terreiros, históricamente marginalizados y empujados hacia las periferias urbanas, son organizaciones comunitarias negras en Brasil, donde su cultura ancestral y modo de vida tradicional fueron movilizadas conjuntamente con la movilidad forzada del trabajo negro sobre el espacio, producida por los intereses económicos y políticos del capital. Se utiliza como referencial teórico-metodológico la perspectiva materialista histórica y dialéctica, donde el estudio analiza cómo el modo de producción capitalista se reproduce sobre el campo y la ciudad, causando expropiación de tierras, expansión urbana y periferação del pueblo negro, y cómo sus intereses económicos inciden directamente sobre las Comunidades de Terreiro y sus modos de vida, a partir de políticas racistas, forzando sus desplazamientos y causando expulsiones. La metodología incluye revisión bibliográfica a través de la lectura crítica de libros, artículos, disertaciones, tesis y periódicos. Los resultados revelan que los Terreiros en Sergipe imprimen en su historia la lucha constante por su existencia, reafirmando su memoria ancestral y organización comunitaria, que desafían la homogeneización territorial impuesta por el capital. La espacialización de la lucha de los Terreiros en Aracaju, demuestra la necesidad de la

---

<sup>1</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe - UFS, marybaptista18@outlook.com



articulación política de estas comunidades tanto en el campo como en la ciudad, para garantizar sus modos de vida tradicionales en medio del avance tendencial del capital.

**Palabras clave:** Terreiros, Espaço, Território, Campo-Cidade, Capital.

## INTRODUÇÃO

Desde o período colonial, as populações negras expropriadas de suas terras africanas e escravizadas enfrentam uma crise permanente e diversos desafios para garantir sua existência no Brasil. Inicialmente submetidas à escravização do trabalho, essas populações continuaram, após a abolição, a ocupar postos de trabalho precários e exaustivos, submetidas à condições de exploração extrema e enfrentando barreiras contínuas para acessar direitos básicos e oportunidades.

No campo, sem acesso à terra e abandonados pelo Estado, muitos negros foram forçados a trabalhar como posseiros, meeiros ou rendeiros, mantendo vínculos de subordinação aos proprietários fundiários e enfrentando condições de superexploração. A partir do século XX, o modelo capitalista intensificou a apropriação de territórios e a expropriação de terras, impondo a supressão de modos de vida pré-existentes para sustentar o projeto de acumulação de capital.

De acordo com Porto-Gonçalves (2006) as populações que desempenharam papel fundamental nos ciclos econômicos do país foram forçadas a migrar do campo para as cidades, sofrendo um processo de urbanização acelerada e processos violentos de periferização, em especial as populações negras.

Encurralados nas periferias das cidades, marginalizados, criaram mecanismos de permanência e garantia de seus modos de vida, articulados nas Comunidades Tradicionais de Matrizes Africanas, como as Comunidades de Terreiro, onde práticas de uma sociabilidade não capitalista podem ser percebidos nas relações, na tentativa da sobrevivência acima das opressões resultantes dessa relação dialética campo-cidade (Rua, 2005).

Em Sergipe, mesmo enfrentando crises consequentes da lógica capitalista, essas comunidades tentam desenvolver estratégias de enfrentamento para preservar seus modos de vida e a proteção dos seus territórios. Particularmente nas periferias da cidade de Aracaju, onde as populações negras tentam preservar e adaptar esses saberes ancestrais em meio aos desafios urbanos.

Portanto, este estudo tem como objetivo investigar os processos de re(produção) espacial e territorial das Comunidades Tradicionais de Terreiro em Sergipe, a partir de uma metodologia



que inclui revisão bibliográfica através da leitura crítica de livros, artigos, dissertações, teses e jornais para analisar como esses territórios têm sido impactados pela lógica do capital e pelas contradições nas relações entre o campo e a cidade ao longo da história. A análise foca na maneira como essas comunidades são afetadas pelos movimentos de expropriação da terra, expansão urbana e a periferização, pelo avanço de interesses econômicos, que produzem a perda de seus territórios e a adaptação forçada de seus modos de vida. A partir desse contexto histórico, buscou-se compreender como a estruturação espacial e a sociabilidade dos Terreiros são alteradas dentro da relação campo-cidade, enfatizando a espacialização da luta dessas comunidades em Aracaju/SE.

## **METODOLOGIA**

O presente estudo é parte de uma pesquisa de mestrado em andamento, no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe (PPGEO/UFS). Sustentado em uma perspectiva Materialista Histórica e Dialética, pois para compreender a realidade concreta das (re)produções espaciais e territoriais das Comunidades Tradicionais de Terreiro em Sergipe é necessário que se faça uma análise histórica do todo, desde processos passados e como se concretizam no hoje, a partir de dinâmicas mundiais, nacionais e locais, bem como suas transformações dialéticas e contradições dos sujeitos envolvidos.

Referente aos procedimentos metodológicos são adotadas pesquisas bibliográficas em livros, artigos científicos, dissertações, teses e jornais. A partir de leituras exploratórias, seletivas, analíticas e interpretativas foi possível a compressão crítica das relações políticas, econômicas e sociais mediante a reprodução espacial e territorial nas diferentes escalas geográficas, imbricados em uma totalidade; da mesma forma, a análise dos processos de reprodução do capital e seu sistema exploratório na produção urbana e agrária e sua influência sobre os territórios diversos; como também chegou-se ao entendimento das (re)produções espaciais das Comunidades Tradicionais de Terreiro, especialmente em Sergipe e a defesa dos seus modos de vida frente ao avanço do capital (Gil, 2019).

## **REFERENCIAL TEÓRICO**

O processo de produção do espaço, no contexto da reprodução capitalista, ocorre por meio de mecanismos de exploração, exclusão social e territorial dos grupos que vivem do trabalho. Tanto no campo quanto na cidade, esses processos se estabelecem, mesmo existindo



distinções causais, de forma essencialmente semelhante, fruto da expansão da lógica de produção capitalista. Essa expansão não só altera os territórios, mas também impõe mudanças nas formas de vida e organização social das comunidades, que são transformadas conforme os interesses do mercado e das necessidades de acumulação de capital.

O capitalismo necessita de um mercado organizado mundialmente como condição *sine qua non* para sua existência. A consolidação do capitalismo depende da universalização do seu modo de produção para garantir sua continuidade em diferentes contextos e territórios (Smith, 1988). A organização do espaço torna-se uma arena onde forças globais encontram particularidades locais, transformando relações sociais e a estrutura dos territórios.

De acordo com Carlos (2016) o espaço pode ser multifacetado e as relações sociais se concretizam e constroem o mundo ao passo que se realiza. Assim, o método histórico investiga eventos, processos e instituições do passado para entender sua influência na sociedade atual, pois as instituições evoluíram ao longo do tempo, moldadas por contextos sociais, econômicos e culturais específicos de cada época.

Para compreender o papel atual dessas instituições e territórios na sociedade, é fundamental remontar aos períodos de sua formação e de suas modificações, que refletem distintos modos de apropriação e transformação do espaço, bem como, estão diretamente relacionadas ao ciclo de produção e reprodução da vida, o que implica considerar todas as suas dimensões e interações ao longo do tempo (Carlos, 2016).

Os modos distintos de apropriação do espaço demonstram conseqüentemente os interesses de cada agente envolvido nesta dinâmica, que por sua vez podem ser interesses conflitantes, sendo o espaço, o palco de realização desse jogo de interesses dos agentes que o produz. Bem como ocorre com as Comunidades Tradicionais de Terreiro que são constituidoras de um espaço diferenciado e diverso diante das tentativas de padronização capitalista.

Ao entender o espaço a partir de uma concepção crítica, compreende-se que ele não é meramente um receptáculo estático, mas o resultado de múltiplas determinações e relações sociais que o produzem continuamente. O espaço, portanto, não é algo onde apenas “vivemos, atuamos ou trabalhamos”, ele é o que produzimos enquanto vivemos, atuamos e trabalhamos, transformando-o a partir de nossas práticas sociais (Smith, 1988).

Raffestin (1993) elucida que o território se distingue do espaço, mas este se utiliza do espaço para apoiar-se, onde o resultado produzido a partir deste estabelece uma relação de poder do que se é desejado. É nesse sentido que Souza (2009) expõe que as relações de poder reorganizam os territórios e as sociedades ao longo da história; logo, a categoria território está





essencialmente imbricada à lógica de soberania, com a mesma necessidade que o capitalismo está para a propriedade privada.

Isso traz à tona um grande cabo de guerra de interesses sobre o território, onde as relações capitalistas tentam, a todo momento, ser soberanas e subjugar o território ao conceito de propriedade privada, pois é através disso que se reproduzirão, como também a partir da exploração do trabalho e da natureza. Desse modo, Souza (2009) ressalta:

Esta lógica de apropriação não é apenas binária (território-propriedade) no sentido físico da propriedade, mas sobre as relações sociais de produção, porque são a partir delas que se constituem os territórios. A disputa, a projeção socioespacial do capitalismo (campo de luta) não é simplesmente a propriedade, mas as relações sociais e as representações que a “não-propriedade-privada pode construir”. (SOUZA, 2009, p.121)

É pensando nisso que o capital, em sua luta contra as sociedades não-capitalistas, tem, como um de seus principais fins econômicos, a transformação da terra em mercadoria, pois é a partir da terra — meio de produção — que essas sociedades fundamentam seus laços tradicionais e sua condição de existência com autonomia. Na intenção de impor violentamente seu modo de produção, é que o capital, dentro do regime colonial, se apropria das terras convertidas em colônias e escraviza o trabalho do negro africano, desmontando lentamente suas formas sociais (LUXEMBURGO, 1970).

Reflete-se, portanto, com maior acuidade sobre a questão da população negra e a histórica negação de seu acesso à terra no Brasil. A terra, enquanto meio de produção, representa não apenas a possibilidade de reprodução social, mas também de autonomia em contraste com os interesses da oligarquia brasileira, que, mesmo após a abolição da escravatura, ainda os pretendia subalternizados e explorados. A negação de acesso à terra para o negro no Brasil, ao mesmo tempo que os jogou na marginalidade, também foi o motivo do sucesso e implementação do sistema capitalista através das *plantations*, que exploravam a terra e o trabalho negro e indígena. Moura (2014) se dedica a compreender a Lei de Terras no Brasil:

Se analisarmos mais detidamente não apenas esta passagem do poder decisório sobre a aquisição da terra, mas o seu significado sociológico mais importante ao propiciar possibilidades de contratos àquelas camadas que poderiam adquiri-la através da compra - populações livres, poderemos concluir que à medida que se afastou o poder público do dever social de doar aos ex-escravos (quando saíssem do cativeiro) parcelas de terras às quais tinham o direito "por serviços prestados" e nas quais pudessem integrar-se, como proprietários, na conclusão do processo abolicionista, criaram-se as premissas da sua marginalização social. (MOURA, 2014, p. 109-110)

Apesar de hoje existirem mecanismos do Estado — que, após lutas históricas das Comunidades Tradicionais contra as imposições da lógica de reprodução capitalista e em



defesa dos seus modos tradicionais de reprodução social e territorial, tentam demonstrar legitimação às Comunidades Tradicionais — é necessário reconhecer que tais iniciativas ainda enfrentam limites no que tange os interesses políticos e econômicos. Historicamente, a terra foi cerceada e negada aos povos negros e indígenas, o que dificultou, criminalizou e impediu suas formas de organização comunitária, comprometendo a continuidade de seus modos de vida e de suas práticas ancestrais. Um exemplo de tentativa de reconhecimento é o Decreto Brasileiro Nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil, e que define os Povos e Comunidades Tradicionais como:

Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (BRASIL, 2017).

Estabelece também o Território Tradicional como os espaços necessários para a reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária (Brasil, 2017).

Mesmo com a existência de leis, decretos e políticas públicas em favor das Comunidades Tradicionais, é necessário compreender a natureza do Estado burguês e sua relação simbiótica com a reprodução do capital. Dessa forma, Conceição (2023) explica que os projetos de infraestrutura promovidos pelo Estado — como a construção de rodovias, ferrovias, hidrelétricas e sistemas aquaviários — são, em grande parte, concebidos para atender aos interesses do agronegócio e às exigências do mercado internacional de *commodities*.

Essa lógica prioriza a expansão econômica voltada à exportação, frequentemente em detrimento das populações tradicionais. Como consequência, essas obras intensificam processos de expropriação territorial, desestabilizando práticas comunitárias que garantem a reprodução social e cultural desses grupos. A situação se agrava com a crescente privatização desses empreendimentos, aprofundando os conflitos fundiários e ameaçando modos de vida historicamente enraizados na relação com a terra.

A natureza é condição fundamental para a existência dos Povos e Comunidades Tradicionais e seus territórios, contudo, se encontra na contramão da natureza reduzida a mercadoria, encarada pelo modo de produção capitalista. Segundo Loureiro (2015), a exploração expansiva da natureza para gerar lucros e consumo torna, ao longo do tempo,



outros modos de vida e até a sobrevivência humana algo temerário. Porto-Gonçalves (2010) trata esta tentativa de homogeneização das relações, especialmente a relação sociedade-natureza, através do sistema-mundo-colonial, onde ele alude a prática da monocultura como sendo não somente a produção de um só produto, mas também a cultura feita de uma única forma.

As Comunidades Tradicionais de Terreiro são definidas como Comunidades Tradicionais de Matrizes Africanas, estabelecidas no Brasil ao longo do período de tráfico de seres humanos escravizados na África, entre os séculos XVI e XIX, onde chegaram vivos às Américas aproximadamente 11 milhões de pessoas, originárias de diversas regiões do Continente africano. Somente para o Brasil foram trazidos cerca de 5 milhões, ou seja, 44% do total, sendo o país americano que mais importou africanos escravizados, com toda a diversidade de idiomas e tradições que constituíram e constituem os territórios tradicionais de matrizes africanas no país (Brasil, 2018).

Estas Comunidades Tradicionais de Terreiro são organizadas, definidas e divididas pelas suas lideranças em nações, onde, de modo geral, cita-se apenas as divisões dos grupos linguísticos Yorùbá, Fon e Bantu e seus espaços geográficos. Entretanto, estudos atuais também as diferenciam pelos seus padrões culturais, sociais, rituais, estéticos e plásticos, alimentares e performáticos. E, principalmente, por marcos civilizatórios comuns (Brasil, 2018).

Sobre Territórios Negros em diáspora, Ribeiro (2020) elucidada que:

Relações sociais de africanidade, estabelecidas com base em um coletivo socioancestral que baseia seus modos de vivência e experiência alicerçados nas tradições de um povo – tradições essas que buscam reforço e equilíbrio nos elementos da natureza como princípio básico de reorganização existencial (RIBEIRO, 2020, p. 3).

No Brasil, os negros e seus territórios foram forçadamente moldados pelo desenvolvimento econômico e interesses nacionais, como o ciclo da cana-de-açúcar, ouro, café e industrialização. Essas fases influenciaram a permanência no campo e posteriormente na cidade, das Comunidades Tradicionais de Matrizes Africanas, incluindo Terreiros e Quilombos, que acompanharam o movimento contraditório e dialético da mobilidade do trabalho do negro no Brasil. Carneiro (1948) aponta a organização dessas comunidades no Brasil, sendo a Bahia o foco de irradiação para o nordeste, onde os negros de Angola estavam a cargo da agropecuária, enquanto os serviços domésticos e urbanos ficavam com os negros da Costa da Mina, os Jeje-Nagôs assumiram a liderança religiosa na Bahia, Pernambuco e Maranhão.



Em Sergipe, registrou-se uma expressiva presença de negros escravizados, cuja distribuição seguia um modelo nacional, ou seja, orientado pelos interesses econômicos predominantes. Esses indivíduos eram especialmente numerosos nas áreas voltadas à produção açucareira — como Cotinguiba, o Cinturão Litorâneo e Sublitorâneo Meridional, a ribeira do Vaza-Barris e a Região Sanfranciscana. Além disso, também marcaram presença nas zonas do interior, onde desempenhavam papel essencial na agricultura de subsistência, dedicando-se ao cultivo do fumo e da mandioca (Nunes, 1989).

Segundo Nunes (1989), os movimentos de luta e organização dos negros em Sergipe surgiram, desde o início da colonização, com a formação de Mocambos ou Quilombos como alternativa de vida e luta contra os colonizadores. Além disso, festejos e confrarias religiosas fortaleceram os laços de solidariedade entre os negros nas áreas rurais, semirurais, suburbanas e urbanas.

As Comunidades Tradicionais de Terreiro são organizações territoriais que, mesmo em meio à crise permanente sofrida pelas populações negras, realizavam seus cultos ancestrais africanos desde o regime colonial, mas que puderam se estabelecer, auto-organizar e tomar outras formas geográficas no Brasil a partir do contexto pós-abolicionista, entendendo-se como o final do século XIX e início do século XX (Carneiro, 1948).

Domingues (2019) explica sobre os cultos ancestrais africanos em Sergipe, em que o culto nagô praticado em Sergipe tem raízes na tradição Iorubá, originária dos povos da Nigéria e do Benim (antigo Daomé), locais onde se reverenciam os Orixás, suas divindades. No entanto, esse culto difere daquele praticado pelos negros nagôs da Bahia. Em paralelo ao Nagô sergipano, havia também o Toré, que pode ser descrito, de forma simplificada, como um culto afro-indígena, no qual espíritos ancestrais brasileiros, caboclos ou encantados, eram invocados com o propósito de promover a cura. Mais tarde, na primeira metade do século XX, os Candomblés de Feitoril, uma vertente nagô oriunda da Bahia, juntamente com culturas bantus, chegaram a Sergipe.

Os Terreiros em Sergipe têm uma presença expressiva tanto nas áreas rurais quanto urbanas, com diversas origens e cultos. Elas arrefecem a dicotomia entre campo (isolado e atrasado) e cidade (desenvolvida), mostrando-se como territórios construídos pela interação dialética entre esses espaços reproduzem-se espacialmente a partir do movimento histórico da mobilidade do trabalho negro no Brasil.

Nos momentos históricos do pós-abolição, o Estado brasileiro, comandado pelos interesses capitalistas, se encarregou de tentar camuflar uma das maiores ideologias de





subalternização do negro e do indígena no Brasil: o Racismo. Moura (2014) explica como o mito da democracia racial penetrou o imaginário brasileiro:

Além do mais, após o 13 de Maio e o sistema de marginalização social que se seguiu, colocaram-no como igual perante a lei, como se, no seu cotidiano da sociedade competitiva (capitalismo dependente) que se criou, esse princípio ou norma não passasse de um mito protetor para esconder desigualdades sociais, econômicas e étnicas. O Negro foi obrigado a disputar a sua sobrevivência social, cultural e mesmo biológica em uma sociedade secularmente racista, na qual as técnicas de seleção profissional, cultural, política é étnica são feitas para que ele permaneça imobilizado nas camadas mais oprimidas, exploradas e subalternizadas. Podemos dizer que os problemas de raça e classe se imbricam nesse processo de competição do Negro pois o interesse das classes dominantes é vê-lo marginalizado para baixar os salários dos trabalhadores no seu conjunto (MOURA, 2014, p. 219).

Conceição (2023) entende que o capital, em sua tentativa de criar mais valor relativo, se assegura na circularidade entre campo-cidade, por meio do processo de mobilidade do trabalho, que culmina na expulsão de indígenas, quilombolas, pescadores de suas terras e força-os a se periferizarem ou ocuparem áreas urbanas. Dessa maneira, reflete-se os movimentos das populações negras no Brasil, e suas tentativas de manterem vivos seus laços culturais, tradicionais e ancestrais dentro do vai-vém destrutivo do modo de produção capitalista.

No contexto do século XXI, esses Territórios Tradicionais fazem acontecer suas existências a partir do enfrentamento das problemáticas e contradições atuais ocorridas no campo e na cidade.

De acordo com Ramos Filho (2022):

*En el siglo XXI, en un contexto de crisis de sobreacumulación, los agentes brasileños amplían el dominio de la tierra. El resultado ha sido la expropiación territorial del campesinado, la producción de violencias, el agravamiento de la inseguridad alimentaria y la producción desordenada del espacio urbano resultante de la creación de los “refugiados del modelo agroexportador” (RAMOS FILHO, 2022, p. 21).*

Em Sergipe, a urbanização ocorreu com a subordinação das cidades à capital, com um processo de esvaziamento do campo devido à pecuarização, concentração de terras e modernização agrícola. Aracaju tornou-se o principal polo de atração para refugiados do campo em busca de melhores condições de vida (França, 1999). No contexto atual, o campo enfrenta diversas problemáticas relacionadas ao agronegócio com a imposição do monocultivo como único modelo de plantio, subordinando a produção camponesa familiar ao mercado capitalista e precarizando o trabalho no campo. Conceição (2013) ressalta que:

[...] antes de representar a desconcentração da terra, a modernização da agricultura a política de valorização e acesso à terra tem resultado na expropriação dos pequenos proprietários e na mobilidade do trabalho do campo para a cidade (principalmente



internamente) intensificando o processo de urbanização e reproduzindo as desigualdades sociais, a níveis locais e sub-regionais (CONCEIÇÃO, 2013, p. 85).

O processo de urbanização em Sergipe, especialmente na capital Aracaju, intensificou a periferação, agravando problemas que afetam toda a cidade, marginaliza parte da população e dificulta o acesso a direitos básicos como saúde, educação e transporte público. Como consequência, há um aumento da população nos municípios vizinhos, pois as pessoas empurradas para as áreas mais periféricas acabam sendo deslocadas para além dos limites da capital (França; Esperidião, 2024).

Segundo Milton Santos (1993), o processo de periferação é contínuo, tendo em vista que cada solução se impõe como um novo problema, pois cada melhoria de uma via pública, de transporte público, instalação de água, de esgoto acabará por valorizar e encarecer a terra, e expulsará novamente os mais pobres para locais que os mesmos possam pagar pelo serviço.

Foi no contexto de periferação urbana em Aracaju, na primeira metade do século XX, que as populações negras e as Comunidades Tradicionais de Terreiro se inseriram e enfrentaram adversidades e falta de acesso a serviços básicos (SOUZA FILHO, 2010). Encurraladas nas periferias pós-abolição, desenvolveram estratégias para preservar seus modos de vida que remetem ao campo, com práticas e valores herdados que refletem sua conexão com a terra, característicos de sociedades não-capitalistas.

Os termos "Terreiro" e "Roça" são usados para se referir a esses territórios tradicionais e sagrados, onde se revivem as práticas e a cultura do campo, de aliança com a terra e elementos da natureza, de onde essas populações vieram. Esses espaços também resgatam um passado sacralizado, em que ensinamentos são transmitidos entre gerações com base na Ancestralidade Africana, reverenciada no culto aos Orixás, Nkines, Voduns, Encantados e outros ancestrais africanos (Ribeiro, 2023).

Ribeiro (2023) enfatiza que a Roça de Candomblé ou a Roça do Terreiro é um território que, mesmo dentro da cidade, possui práticas de solidariedade, trocas comunitárias, valorização da natureza divinizada, tentativa de autonomia alimentar da comunidade a partir do plantio de gêneros alimentares e criação de animais, práticas de saúde e cura através do cultivo de ervas medicinais, o que reforça o caráter camponês e tradicional das Comunidades de Terreiro.

Analisar a organização comunitária dos Terreiros em Sergipe, e mais especificamente em Aracaju, através da sua realidade de avanço do capital e urbanização, nos remonta o decorrer do tempo histórico, identificando a expressão da relação campo-cidade inscrita no



espaço. Os Terreiros se tornam mediação dessa relação histórica, em que os sujeitos que os compõem guardam tradições africanas que necessariamente existem pela relação com a terra e as águas, a abundância, a vivência comunitária e as festas a cada ciclo natural, mas que, em contrapartida, tiveram que enfrentar e se moldar forçadamente ao roubo de terras, à expulsão do campo, à periferação e marginalização nas cidades, e a um modo de produção que, desde a sua origem, tem se alimentado da escassez de muitos.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Os Terreiros e seu movimento histórico na relação campo-cidade são uma expressão geográfica que pode ser mais cuidadosamente observada a partir dos resultados obtidos nesse estudo, onde foram analisados processos de enfrentamento a problemáticas encabeçadas por Terreiros em Sergipe, mas que tiveram, especialmente, a espacialização da luta concretizada em Aracaju. A espacialização da luta dos Terreiros em Sergipe certamente é mais ampla; entretanto, o envolvimento com a cidade de Aracaju é o foco de análise neste estudo.

### **Terreiros em Aracaju e a Relação Campo-Cidade-Campo**

É possível observar Comunidades Tradicionais de Terreiros que foram empurradas da periferia urbana para o campo como consequência do processo de periferação já mencionado, e que acabaram situados nas cidades circunvizinhas. Como ocorrido no Terreiro Asé Ilê Obá Abassá Odé Bamirê Obá Fanidê, hoje situado em São Cristóvão – SE, mas que anteriormente se fixou em periferias de Aracaju, no bairro Suíça e no bairro Siqueira Campos. Quando empurrados para São Cristóvão em 1991, é relatado por Mãe Acácia Maria – filha biológica de Zé D’Obakosso, primeiro sacerdote e fundador do terreiro – em uma entrevista concedida ao pesquisador Souza Filho (2010), em sua dissertação de Mestrado em Sociologia, que “quando lá chegaram, só tinha mato”. Retratando, possivelmente, a realidade de afastamento de acessos básicos vivido pelo Terreiro ao chegar no Eduardo Gomes, bairro da cidade de São Cristóvão onde se instalaram.

Barbosa (2023) destaca que São Cristóvão desempenha um papel importante ao receber as Comunidades Tradicionais de Terreiro expulsas pelas cidades, especialmente Aracaju, devido à periferação ou que fogem da especulação imobiliária. Isso também demonstra uma contradição, pois, apesar de tudo, permite as comunidades manterem seus cultos e tradições naturais, quase impossíveis pela destruição da natureza em Aracaju, mas





que traz problemas de transporte para aqueles que moram na capital e se deslocam para os terreiros em São Cristóvão.

Nesse sentido, como observa Lima (2015), apresenta-se uma dialética campo-cidade como análise geográfica fundamental, e que, ao estudar a (re)produção do espaço e território das Comunidades Tradicionais de Terreiro em Aracaju, percebe-se uma dialética campo-cidade-campo. Onde tradições africanas e seus sujeitos no movimento histórico são empurrados às periferias das cidades, e novamente expulsos para o campo, em que numa tendência capitalista de avanço e espraiamento sobre os territórios, será logo em breve também urbanizado.

Em síntese, existe um movimento de expulsão da população camponesa, principalmente negra, no período pós-abolição, para áreas urbanas e sua subsequente periferização; entretanto, as atuais dificuldades de existência sob a lógica capitalista estão forçando um retorno ao campo. Isso configura uma problemática essencial para a Geografia, caracterizada pelas relações sociais na dialética campo-cidade-campo.

**Figura 1** – Símbolo do Asé Ilê Obá Abassá Odé Bamirê Obá Fanidê trabalhado em cimento



Fonte: AGÊNCIA MANGUE JORNALISMO, 2025.

### **Onde cabem os Terreiros de Aracaju frente à destruição da Natureza?**

Outro debate importante entre os Terreiros de Aracaju é: Como manter seus modos de vida tradicionais em meio ao avanço do capital sobre a natureza, que, em sua busca por acumulação e lucro infinitos, transformam incessantemente a natureza em matéria prima? Essa realidade é expressada pelo largo processo de urbanização da cidade de Aracaju.

Dentro desse contexto, a Organização Não-Governamental (ONG) Casa de Mar e o Terreiro Ilê Asé Ìyá Agbà l'odó Omiró realizam há 8 anos a Festa de Mar, no povoado Areia





Branca, na Zona de Expansão de Aracaju. Um evento público para todas as comunidades de terreiros e todos que desejem saudar às águas e os Orixás das águas (INFONET, 2025).

Na programação da Festa de Mar e em parceria com os Pescadores e Pescadoras do Povoado Areia Branca, é feita uma ação coletiva de limpeza e retirada de lixo do Rio Vaza-Barris, um dos principais rios do estado de Sergipe, por ser fonte de sustento para muitas comunidades em seu entorno. Porém esse rio tem sido poluído por ações do Estado, que, em favor da urbanização, de megaprojetos e de empresas imobiliárias, têm avançado sobre as comunidades tradicionais a partir da especulação imobiliária.

O evento também tem o objetivo de denunciar a poluição do rio e o desrespeito com a população ribeirinha, além de enfatizar a importância da relação com a natureza, terra e águas para os povos de terreiro. A Iyalorisá Martha Sales do Terreiro Ilé Asé Ìyá Agbà l'odó Omiró, em entrevista ao Jornal Infonet (2025) ressalta a relevância de tais ações para a defesa do rio Vaza-Barris:

“A Festa de Mar é a culminância de um trabalho realizado ao longo do ano na comunidade, onde nos somamos às ações dos Anjos do rio, e atualmente às ações do Movimento em Defesa do Rio Vaza-Barris, que surgiu a partir das obras de drenagem que estão sendo feitas na região por entendermos que não foi feito um debate amplo com a comunidade sobre esse projeto, considerando que é necessário discutir os impactos que essas obras irão causar, sejam eles positivos ou negativos, além disso, há a preocupação com o aumento da especulação imobiliária e a proposta de privatização da beira do rio, afetando duramente os povos tradicionais que residem no povoado” (INFONET, 2025).

É nesse contexto de ampla mercantilização que tem provocado sérios impactos sociais e naturais, com consequências em escala global, que as Comunidades Tradicionais têm sobrevivido. Entre os efeitos mais alarmantes estão o aquecimento global, a contaminação de rios, a extinção de espécies, a perda da biodiversidade, a poluição e a desertificação — todos ameaçando diretamente a vida no planeta e os modos de vida tradicionais. A inserção dos países latino-americanos nos processos de mundialização da mais valia, nas últimas décadas, tem impulsionado uma onda de investimentos voltados à construção de megaprojetos, os quais têm se tornado focos recorrentes de conflitos socioambientais (FONTENELE, 2015).



**Figura 2** – Yá Martha Sales em ação pela ONG Casa de Mar



Fonte: AGÊNCIA MANGUE JORNALISMO, 2023.

### **Nessa cidade, o Povo de Axé luta para ser D'Oxum**

O capital, para seguir com seu plano de super acumulação, se utiliza de vários tentáculos para naturalizar a exploração dos povos. Como menciona Luxemburgo (1970), uma das mais rígidas muralhas que impedem a política destrutiva do capital, nos países que foram colônias, é a cultura e os modos de vida dos povos originários e também dos chamados povos tradicionais, por isso, são largamente atacados e cerceados. Sendo assim, ideologias racistas foram largamente disseminadas e implantadas no imaginário social brasileiro. Moura (2014) explica sobre o ataque a ancestralidade negra no Brasil:

Com o Negro, porém, a situação é diferente e as estratégias montadas foram mais sofisticadas e eficientes. O racismo tem outra tática para com ele. Em primeiro lugar, o negro é considerado cidadão com os mesmos direitos e deveres dos demais. No entanto, o que aconteceu historicamente desmente esse mito. Trazido como escravo, tiram-lhe de forma definitiva a territorialidade, frustraram completamente a sua personalidade, fizeram-no falar outra língua, esquecer as suas linhagens, sua família foi fragmentada e/ou dissolvida, os seus rituais religiosos e iniciáticos tribais se desarticularam, o seu sistema de parentesco completamente impedido de ser exercido, e, com isto, fizeram-no perder, total ou parcialmente, mas de qualquer forma significativamente, a sua ancestralidade. (MOURA, 2014, p. 2019)

O dia 8 de dezembro, dedicado à padroeira de Aracaju, Nossa Senhora da Conceição, tornou-se também um marco de afirmação e visibilidade para os Terreiros e o povo de Axé na capital sergipana. Em um contexto urbano marcado pela lógica excludente, onde o plano de urbanização historicamente busca silenciar e apagar expressões culturais que não se alinham à reprodução econômica dominante, os Terreiros ocupam os espaços para louvar Oxum. Durante todo o dia 8 de dezembro, diversos Terreiros de Sergipe se reúnem em Aracaju para dançar os movimentos dos Orixás, entoar cantigas africanas e celebrar sua fé em Oxum – deusa das águas doces, inspiração de abundância, cuidado, prosperidade, proteção às crianças,



amor e beleza. Ironicamente, esses valores representam aquilo que tem sido sistematicamente negado à população negra no Brasil.

A Orla da Atalaia, espaço emblemático da segregação urbana em Aracaju, é tomada nesse dia por uma multidão de corpos negros em celebração. Flores, alimentos sagrados, perfumes e oferendas são entregues às águas em homenagem a Oxum, convertendo, nesse momento, o espaço em altar coletivo e em ato político. A ocupação da cidade pelo povo de Axé no 8 de dezembro não é apenas celebração religiosa, é também denúncia, memória e afirmação de um modo de vida marginalizado em Aracaju. Sobre este dia, Couvo (2014) reafirma:

[...] na capital sergipana, Aracaju, também encontramos as celebrações para as “Senhoras das águas”. A festa de Oxum acontece no dia 8 de dezembro, dia da padroeira da cidade, Nossa Senhora da Conceição. Existem registros na imprensa local que relatam a festa acontecendo desde a década de 1960. Durante este dia, que é feriado na cidade, acontecem algumas celebrações cujo objetivo é louvar o orixá, mobilizando o povo do santo e simpatizantes, que vão pela manhã participar da lavagem das escadarias da catedral, assim como também comparecem à noite na praia de Atalaia, onde diversos terreiros de Umbanda e Candomblé organizam seus presentes para serem colocados ao mar. A partir de 2004, soma-se a estes rituais a presença de um cortejo só de mulheres do Afoxé Omo Oxum, que prestam suas homenagens a Oxum (COUVO, 2014, p. 1172).

O ato político de ocupar a cidade e louvar uma ancestral africana é entendido como o direito à festa, à fé e à memória ancestral para um futuro possível. Mas não um direito concedido ao povo de Terreiro, e sim um direito reivindicado por ele mesmo. Significa um ato de mostrar-se ainda vivo, mesmo diante das políticas de morte, porém não como um povo satisfeito, e sim que busca por reparações históricas, que não repararão grande parte do que lhes foi roubado, mas que pode garantir um futuro mais digno ao povo de Terreiro em Sergipe.

**Figura 3** – Yalorixá Marizete Silva Lessa do Abassá São Jorge e organizadora do Afoxé Omo Oxum



Fonte: INFONET, 2010.





## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sendo assim, compreender a (re)produção espacial e territorial das Comunidades Tradicionais de Terreiro em Aracaju/SE exige um esforço de pensar dialeticamente dentro da história do povo negro em Sergipe. A Geografia crítica permite essa reflexão ao observar o movimento das comunidades negras dentro da relação campo-cidade, impulsionadas desde tempos coloniais até a atualidade, principalmente pelos interesses do modo de produção capitalista e suas políticas econômicas de mobilidade forçada do trabalho negro, para a máxima finalidade de gerar mais valia.

O Terreiro, desta forma, é uma organização comunitária e familiar do povo negro no Brasil, e sua composição é o reflexo da grandiosa ancestralidade africana, mas também da realidade possível diante do movimento histórico sobre o espaço e das lutas históricas, perpassadas pelo escravismo e exploração do trabalho, pela expropriação de terras no campo, pela expulsão para a cidade e a consequente negação da terra urbana, sua proletarização enquanto classe, periferização em áreas distantes e privação de direitos básicos. Como também, políticas racistas para alienar e justificar a subalternização negra no Brasil e o apagamento das suas culturas e modos de vida tradicionais como vetor de projeção mundial do modo de produção capitalista.

Refletir sobre a produção do espaço no campo e na cidade, subjugada aos mandos do atual sistema econômico, nos permite também refletir sobre o próximos movimentos de produção espacial em que as Comunidades Tradicionais de Terreiro também estarão inseridas. Quais expropriações ou reparações lhes atingirão? Quais serão as configurações espaciais e territoriais necessárias para viver (e não somente sobreviver) uma Comunidade Tradicional de Terreiro e seus modos de vida? Os Terreiros terão seus territórios garantidos, reparados e respeitados com o tendencial avanço do capital? Somente o pensamento crítico, diálogo e a união do povo negro, das periferias, da cidade, do campo, das comunidades tradicionais e dos Terreiros poderão responder.





## REFERÊNCIAS

BARBOSA, Andréa Rosane Santos. **Encontros entre as Práticas Afonjá e Sergipe: O papel do espaço na estabilização do Ilé Àse Òpó Osogunlade**. 2023. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2023.

**BRASIL**. Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 8 fev. 2007. Seção 1, p. 1.

**BRASIL**. Ministério da Justiça e Cidadania. Caderno de Debates – Povos e Comunidades Tradicionais de Matrizes Africanas. Brasília: Ministério da Justiça e Cidadania, 2018.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A condição espacial**. São Paulo: Contexto. 1. ed., 2º reimpressão, 2016.

CARNEIRO, Edison. **Candomblés da Bahia**. Publicações do Museu do Estado, 1948.

CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. A Geografia Agrária hoje: suas ferramentas epistemológicas e ontológicas em desafio a crise capitalista. In: BRINGEL, F. de O. MACEDO, C. de O. AQUINO JUNIOR, P. O. (org.). **As Geografias Agrárias a partir da Panamazônia: lutas sociais e fronteiras do capital no Brasil**. Ananindeua – PA: Cabana, 2023. p. 56-74.

CONCEIÇÃO, Alexandrina L. Estado, capital e a farsa da expansão do agronegócio. **Revista de Geografia Meridiano**, 2013, n. 2, p. 81-104.

COUVO, Janaina Teixeira Maia de Aguiar. No caminho das águas tem presentes no rio, tem festa no mar: o hibridismo cultural nas festas de Iemanjá e Oxum em Salvador e Aracaju. **Diálogos** - Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História, vol. 18, núm. 3. Universidade Estadual de Maringá, Brasil, 2014, p. 1161-1181.

DANTAS, Beatriz Gois. **Vovó Nagô e Papai Branco: usos e abusos da África no Brasil**. 1982. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas-SP.

DOMINGUES, Petrônio. Guerra de Xangô: ritual, perseguição e conflito na formação do campo religioso afro-sergipano. **Religião & Sociedade**, v. 39, n. 1, p. 120-146, 2019.

FONTENELE, Ana Consuelo Ferreira. A Via das Máscaras: A Escassez da Natureza na Ordem Capitalista. In: Alexandrina Luz Conceição e Fabrícia de Oliveira Santos (Orgs). **A natureza imperialista do capital e a falácia do fim da crise** - São Cristóvão: Editora UFS, 2015. p. 431-459.

FRANÇA, Vera Lúcia Alves; ESPERIDIÃO, Fernanda. Novo arranjo populacional de Aracaju. In: FRANÇA, Sarah Lúcia Alves. SANTOS, Ana Rocha dos (org.). **Observatório das Metrôpoles nas Eleições: um outro futuro é possível** – Aracaju. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2024. p. 20-27

FRANÇA, Vera Lúcia Alves. **Aracaju: estado & metropolização**. Editora UFS, 1999.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2019.



INFONET. *Cortejo Afoxé Omo Oxum faz cortejo dia 8*. Infonet, 3 dez. 2010. Disponível em: <https://infonet.com.br/noticias/cultura/cortejo-afoxe-omo-oxum-faz-cortejo-dia-8/>. Acesso em: 3 nov. 2025.

INFONET. *Casa de Mar e Ilê Axé Lodo Omiro realizam VIII Festa de Mar dia 08*. Infonet, 3 fev. 2025. Disponível em: <https://infonet.com.br/noticias/cultura/casa-de-mar-e-ile-axe-lodo-omiro-realizam-viii-festa-de-mar-dia-08/>. Acesso em: 3 nov. 2025.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LIMA, Eliany Dionizio. A Relação Campo-Cidade e as Mediações do Capital na Divisão Social e Territorial do Trabalho. In: Alexandrina Luz Conceição e Fabrícia de Oliveira Santos (Orgs). **A natureza imperialista do capital e a falácia do fim da crise** - São Cristóvão: Editora UFS, 2015. p. 239-257.

LUXEMBURGO, Rosa. **A acumulação do capital**: estudo sobre a interpretação econômica do imperialismo. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.

MANGUE JORNALISMO. *Despejo em chão sagrado: disputa judicial ameaça terreiro de candomblé fundado no final dos anos 70*. Manguê Jornalismo, 28 mai. 2025. Disponível em: <https://manguenjornalismo.org/despejo-em-chao-sagrado-disputa-judicial-ameaca-terreiro-de-candomble-fundado-no-final-dos-anos-70/>. Acesso em: 3 nov. 2025.

MANGUE JORNALISMO. *Cuidado e acolhimento: o necessário reconhecimento dos espaços tradicionais de matriz africana como ambientes de promoção da saúde em Aracaju*. Manguê Jornalismo, 13 set. 2023. Disponível em: <https://manguenjornalismo.org/cuidado-e-acolhimento-o-necessario-reconhecimento-dos-espacos-tradicionais-de-matriz-africana-como-ambientes-de-promocao-da-saude-em-aracaju/>. Acesso em: 3 nov. 2025.

MOURA, Clóvis. **Dialética radical do Brasil Negro**. 2 ed. São Paulo: Fundação Maurício Grabois; Anita Garibaldi, 2014.

NUNES, Maria Thetis. **Sergipe Colonial I**. Universidade Federal de Sergipe; Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. *Presentación*. In: PEREIRA, Hugo; RAMOS FILHO, Eraldo da Silva; HERRERA, Angelina (org.). **Defensa del territorio, la cultura y la vida ante el avance extractivista**: una perspectiva desde América Latina. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; Asunción: CERI, 2022. p. 17-24

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A Reinvenção dos Territórios: a experiência latino-americana e caribenha. **Los desafíos de las emancipaciones en un contexto militarizado**, v. 1, p. 151-197, 2006.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **De saberes e de territórios: diversidade e emancipação a partir da experiência latino-americana**. GEOgraphia, Niterói, v. 8, n. 16, p. 5-22, fev. 2006.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. Ed. Ártica, São Paulo, 1993.

RIBEIRO, Katiúscia. Mulheres negras e a força matricomunitária. **Revista Cult**, v. 27, 2020.



RIBEIRO, Rafael Vidal Leite. **O Habitar do Candomblé: Roça e Egbé**. 2023. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

RUA, João. A ressignificação do rural e as relações cidade-campo: uma contribuição geográfica. **Revista da ANPEGE**, v. 2, n. 02, p. 45-65, 2005.

SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira**. 1. ed. São Paulo: Hucitec, 1993.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual: natureza, capital e a produção do espaço**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SOUZA FILHO, Florival José de. **Candomblé na cidade de Aracaju: território, espaço urbano e poder público**. 2010. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão.

SOUZA, J. G. **Limites do território**. Agrária (São Paulo- On line) v. 10-11, p.99-130, 2009.